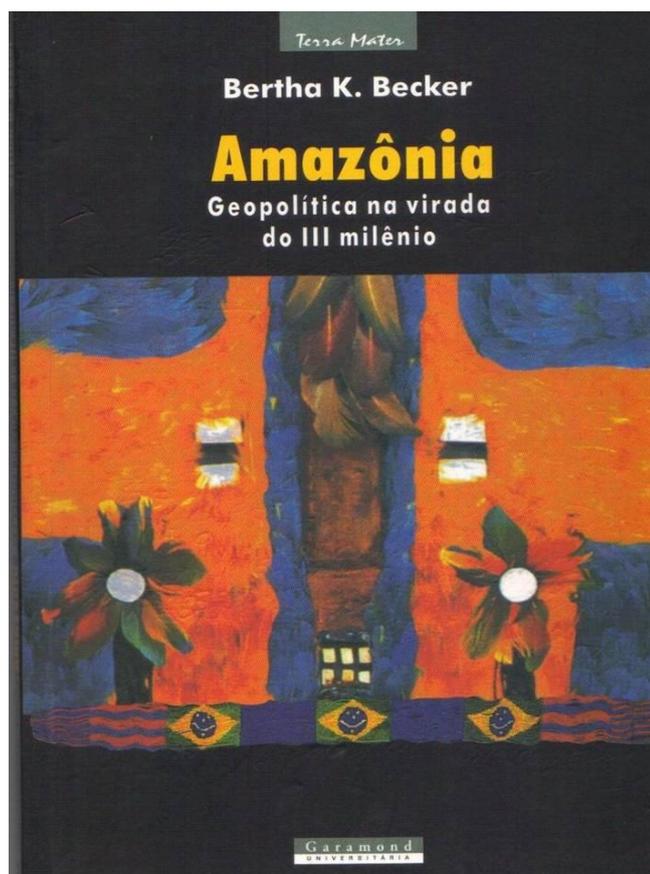


RESENHA¹

BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 172 p.



Marlisson Lopes de Araújo

Graduando em Geografia (Licenciatura) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará/IFPA.
Av. Almirante Barroso, 1155, Bairro Marco; Belém (PA) CEP: 66093-020.
Email: marlissonaraujo@hotmail.com

Após leituras minuciosas da obra que é composta por seis capítulos, podemos destacar a seguinte ideia central na qual a autora discute o novo papel da Amazônia no cenário internacional, pois a mesma não pode mais ser pensada como uma região de fronteira, dentro da perspectiva do desenvolvimento regional, como fronteira de capital natural, não somente em nível nacional, mas também global. Esta nova concepção estaria sendo desenvolvida pela vertente tecnocológica, que atribui um novo significado à região. Também a autora nos esclarece que a fronteira é a frente avançada

¹Atividade desenvolvida na disciplina Espaço Amazônico III ministrada pelo professor Msc Aiala Colares de Oliveira Couto no Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará.

dos processos históricos, assim sendo a fronteira seria geradora de realidades novas. Em trabalho anterior Bertha Becker aborda um primeiro significado geopolítico de fronteira, onde coloca o estado e a alta tecnologia como os determinantes históricos da produção da fronteira, espaço em incorporação ao espaço global/fragmentado, não plenamente estruturado e dotado de alto potencial político. Segundo a autora a “fronteira não pode ser mais pensada exclusivamente como franjas do mapa em cuja imagem se traduzem os limites espaciais, demográficos e econômicos de uma determinada formação social”.

Uma nova definição de fronteira mais abrangente torna-se necessária, capaz de captar sua especificidade como espaço excepcionalmente dinâmico e contraditório, e a relação desta com a totalidade de que é parte. Segundo Martins (2009, p. 9), a fronteira é sobretudo um cenário de intolerância, ambição e morte, o que ratifica a idéia anterior onde a fronteira é vista como lugar de contradição, “onde é um cenário altamente conflitivo de humanidades que não forjam no seu encontro o homem e o humano” (MARTINS, 2009, p. 9). Para Bercker (2009), a fronteira não era a retaguarda dos processos históricos-geográficos atuantes no território nacional, como sugeriam alguns colegas das ciências sociais, mas sim a frente avançada desses processos. Mais fazendo uma leitura minuciosa da obra de Martins (2009), percebemos que a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, o lugar do encontro e do desencontro, onde o desencontro da fronteira é o encontro de temporalidades históricas. Aí podemos inserir nessa discussão a ideia de Loureiro (2006), onde aborda a fronteira como o lugar do tempo lento e da vida sem pressa de quem estava lá antes da chegada do estranho; do tempo angustiado de quem chega procurando se fixar na nova terra e conseguir melhores condições de vida; do tempo nervoso do empresário que investiu capital na fronteira e quer um rápido retorno, sem índios ou colonos que criem problemas. Sendo assim, a fronteira Amazônica não pode ser mais pensada como uma alternativa para as tensões de outras regiões e sim como geradora de realidades novas, lentas, rápidas e contraditórias.

No primeiro capítulo a autora faz uma revisão histórica da formação da região até a virada para o século XX. Essa trajetória histórica nos ajuda a compreender por que a região tem sido objeto de visões conflitantes e opostas, cujo o eixo central pode ser identificado na polarização existente entre a perspectiva desenvolvimentista, de um

lado, e a conservacionista, de outro, sendo esta última produto do chamado vetor tecnológico, aqui entendido como vetor, uma força resultante da coalescência de múltiplos projetos. Ou seja, não se pode mais pensar a Amazônia como algo isolado, mais sim uma região que está conectada com o global. Segundo a autora a nova geopolítica voltada para a Amazônia aparece como uma ferramenta de dominação e de influência, pois os processos de diferentes escalas configuram os elementos que transformam o território amazônico.

Na visão da autora, a orientação da nova geopolítica global, com base em recursos providos pelas novas instituições financeiras, não descaracteriza o espaço geográfico, mas dá uma nova significação à riqueza nele inserida, neste caso a geografia da Amazônia tem mudado de uma forma acelerada. Assim, os recursos naturais adquirem novos valores, principalmente a biodiversidade, segundo as possibilidades da biotecnologia e das novas exigências dos negócios ambientais envolvendo o ar, a água e os recursos convencionalmente explorados, como a madeira. Estas novas potencialidades devem estar no cerne de uma política de desenvolvimento para a região.

No segundo capítulo a autora mostra como a globalização influencia os conteúdos dados à região, o poder de influência da geopolítica nos estados, sendo que essa nova geopolítica está voltada para os investimentos em reflorestamentos nos países subdesenvolvidos principalmente para movimentar o mercado do ar. Segundo a autora o padrão de organização do arco do povoamento vai se dar através de um padrão linear, ou seja, através das rodovias. Evidencia também a fronteira do capital natural onde acontece a revalorização da natureza condicionada por novas tecnologias, como exemplo podemos destacar a biotecnologia, que está direcionada na quantificação, decodificação, leitura e instrumentalização da biodiversidade. Destaca também o novo valor atribuído ao potencial de recursos naturais que confere a Amazônia o significado de fronteira do uso científico – tecnológico da natureza e, em sintonia com a política da formação de grandes blocos supranacionais, revelando a necessidade de pensar e agir na escala da Amazônia sul-americana. Mostra os projetos do PP-G7 que se materializam no território segundo um modelo endógeno, ou seja, voltado para a população local, com aproveitamento de recursos locais, podemos citar também os projetos SIPAM/SIVAM e o PROBEM. O padrão de ocupação do espaço descrito nesse capítulo nos leva a

compreender a lógica dos projetos de desenvolvimento, bem como a implantação da malha ambiental.

No terceiro capítulo onde a autora vai discutir sobre o novo lugar da Amazônia no Brasil, ela fala que as transformações na Amazônia não são mero reflexo da globalização e sim de processos anteriores que gerou profundas transformações estruturais na região. Evidencia a questão do esgotamento da Amazônia como fronteira móvel, destacando que esse padrão é utilizado para sustentar a hipótese central do livro, que é a de que existe um arco de povoamento, formado pelo adensamento das estradas numa faixa que une o leste do Pará a Rondônia, passando por partes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso na borda da floresta, faixa na qual se localiza o centro da economia regional. Designada principalmente como Arco do Desmatamento, do Fogo ou de Terras Degradadas, essa parte da região ganha uma nova denominação agora chamado de povoamento consolidado e em processo de consolidação, com atividades mais eficientes e rentáveis, representadas na agricultura e na pecuária tecnificadas e mais produtivas.

Sendo assim, o arco produtivo ou de povoamento apresenta características que o diferenciam de uma outra região de fronteira, sendo mais bem identificado como um espaço cuja fronteira agropecuária está em processo de consolidação. Neste capítulo a autora nos esclarece que o processo de consolidação do arco de povoamento, nos grandes espaços de povoamento, vêm se consolidando novos recortes territoriais representados pelas áreas protegidas, tanto de Terras Indígenas quanto de Unidades de Conservação, para fins de preservação e desenvolvimento sustentável. Vale lembrar que a autora menciona a tendência a densificação da infraestrutura multimodal de transporte, no sentido de serem orientados para expansão de grandes eixos de articulação entre as áreas de lavoura modernizada no Mato Grosso, Tocantins e sul do Maranhão e os mercados nacional e internacional.

No quarto capítulo o enfoque será voltado para os domínios da natureza onde será mostrado a constituição de novos municípios. Esses territórios são expressões de novos atores que, diante de novas tendências ambiental global, adquirem um novo papel que valoriza os processos sociais, já não só da instância governamental para baixo, ou seja de cima pra baixo, mas da população e das comunidades para cima. Também se verifica o adensamento dos Projetos Demonstrativos, projetos de pequenos produtores

que estão indicando uma mudança das relações territoriais, ao formar, em alguns casos, verdadeiros pólos regionais de imenso potencial, que mostram o extremo dinamismo dos diferentes segmentos sociais na busca do desenvolvimento da região. O resultado disto é uma verdadeira concorrência pelo espaço por parte dos municípios e das Unidades de Conservação (UCs) e Terras Indígenas. Trata-se da apropriação política do espaço Amazônico, cujas novas funções explicitam o confronto de interesses, apesar da sua baixa densidade populacional.

No capítulo 5 a autora trabalha os conflitos de uso do território e desafios às políticas públicas, onde descreve e confronta os modelos de desenvolvimento propostos para a região, caracterizados como endógeno e exógeno, ou conservacionista e desenvolvimentista, que são conflitantes entre si e que refletem interesses econômicos e políticos diversos. Se o primeiro favorece o meio ambiente e as populações locais, o exógeno favorece a infraestrutura e está associado ao setor tecnointustrial com o propósito de intensificar a fluidez do território. O modelo endógeno seria a combinação de iniciativas locais e parcerias com atores externos, sem os quais os projetos conservacionistas não teriam sobrevivido.

O Zoneamento Ecológico-Econômico coloca-se como instrumento de compatibilização dessas iniciativas com as ações associadas ao vetor tecno-industrial, e se coloca como um instrumento político e técnico de planejamento, cuja a finalidade é otimizar o uso do espaço visando a ordenação do território. A questão que se coloca é como se desenvolver sem destruir o ambiente?. Para responder a essa questão, o livro explicita a importância das políticas públicas e descreve os objetivos do PAS – Plano Amazônia Sustentável, que visa superar a polaridade conflituosa que marcou as políticas públicas na década de 1990, entre o MMA e MPO. De igual forma, tem como objetivos combinar prioridades sociais de emprego, renda e capacitação, com investimentos em infra-estrutura, valorizando o território em termos da potencialidade e das vantagens da diversidade regional.

A grande questão continua sendo como transformar os elementos que privilegiam o modelo exógeno, como estradas e energia, em instrumentos não de degradação, mas de ordenamento do território, nos quais se compatibilize a expansão da infra-estrutura com o uso sustentável dos recursos naturais e o bem-estar das populações, superando o conflito entre as demandas nacionais e os direitos da

população regional. Levando isso em consideração, o livro propõe uma estratégia fundamentada em três propostas que visam à utilização dos recursos da biodiversidade: uma revolução tecnológica, a resolução da questão fundiária e o reconhecimento da diversidade regional. Esta estratégia deverá orientar as ações específicas e diferenciadas, pois daí provém sua proposta de regionalização do território Amazônico como estratégia de desenvolvimento.

No sexto capítulo a autora trabalha a nova geografia da Amazônia e a regionalização como estratégia para o desenvolvimento. A regionalização da Amazônia aparece na discussão como uma estratégia de desenvolvimento, além disso a fronteira urbana antecede a fronteira dos recursos. Segundo a autora a proposta de regionalização, diferencia três macro-regiões caracterizadas segundo as suas tendências demográficas, as alterações no padrão de uso da terra e dos centros dinâmicos de economia, e a proteção ambiental, são elas:

2. A macro-região do povoamento consolidado, com os melhores índices de renda Per Capita e de desenvolvimento humano, cerne da economia regional e lócus dos núcleos urbanos e da atividade agropecuária, integrada ao tecido produtivo nacional. Apresentando maior acessibilidade na Amazônia: é de onde as redes, os interesses e os capitais partem em direção às demais regiões. Nesta macrorregião segundo a autora predomina portanto a produção em detrimento a conservação.
3. Amazônia Central, que se estende do centro do Pará e extremo norte de Mato Grosso à estrada Porto Velho–Manaus e à hidrovia do Madeira, na qual se apresentam ainda frentes de fronteira aberta e também grandes áreas florestais, UCs e Terras Indígenas. Menciona também as frentes de expansão sendo as principais vias de exploração da madeira, são elas: Cunha do Tapajós, que compreende as terras drenadas pelo rio Tapajós, onde se desenvolve uma frente de expansão de povoamento e produção agropecuária; Terra do Meio, onde se origina como uma frente recente e complexa e por fim o corredor da madeira, que compreende a influência direta ou indireta da hidrovia do Rio Madeira.
4. Amazônia Ocidental, que corresponde aos estados do Amazonas e Roraima e à maior parte do Acre, com imensas áreas florestais, disponibilidade de águas e de recursos minerais. Vale ressaltar que dentro dessa macrorregião se destaca varias subregiões, como podemos destacar: fronteira de integração continental; o alto rio

Negro; várzeas do Solimões; Florestania e Manaus e seu entorno. Sendo assim a fragmentação do espaço e a formação das regiões é fruto e condição da produção do espaço social.

A regionalização proposta pela autora se coloca como instrumento para a definição e implementação de políticas de desenvolvimento que sejam adequadas para superar a insistente dicotomia desenvolvimento-preservação que tem assombrado a região desde de muito tempo.

Esta obra é riquíssima, na apresentação da discussão acerca da geopolítica da Amazônia na atualidade, mostrando vários paradigmas que devem ser rompidos dentro de modelos hegemônicos que são pensados para o desenvolvimento regional, devendo ser um texto obrigatório para os geógrafos e estudantes e demais interessados na temática.

(resenha apresentada ao professor Aiala Colares, ministrante da disciplina: Espaço Amazônico III, no IFPA em 2010).

Referências

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. – São Paulo: Contexto, 2009.

LOUREIRO, Violeta R. Amazônia no Século XXI: De fronteira econômica do país a fronteira do mundo In: Amazônia: História e Análise de Problemas – do período da borracha aos dias atuais. – Belém: DistribeL, 2006.

Recebido para publicação em dezembro de 2010

Aprovado para publicação em março de 2011